CURITIBA

URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

URBS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DEZEMBRO

ATIVO

	2018	2017
CIRCULANTE	**16.034.628,27**	**26.487.203,35**
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.581.607,67	9.873.913,88
Contas a receber (4)	7.155.331,92	11.286.212,97
Adiantamentos a Funcionários	874.639,90	2.403.372,58
Outras Contas a Receber (13)	2.262.891,49	2.753.383,89
Impostos recuperar	10.168,78	
Estoques	149.988,51	170.320,03
NÃO CIRCULANTE	**67.628.596,55**	**74.593.589,29**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	14.871.790,96	13.215.938,69
Depósitos Judiciais	14.546.748,47	12.909.698,96
Empréstimos Compulsórios	325.042,49	306.239,73
INVESTIMENTOS (5)	19.442.446,53	27.817.009,15
Imóveis destinados a venda	19.400.246,53	27.774.809,15
Outros Investimentos	42.200,00	42.200,00
IMOBILIZADO (6)	33.314.359,06	33.560.641,45
Imóveis	37.364.296,93	37.364.296,93
Equipamentos e instalações	5.155.663,80	5.190.377,38
Veículos	249.541,00	249.541,00
Outras Imobilizações	19.155,70	19.155,70
Imobilizações em andamento	21.644,00	21.644,00
Intangível	117.472,10	119.157,00
Depreciação, amortização e exaustão acumulada	(9.613.414,47)	(9.403.530,56)
TOTAL DO ATIVO	**83.663.224,82**	**101.080.792,64**

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

PASSIVO

	2018	2017
CIRCULANTE	**54.143.784,49**	**71.711.781,92**
Fornecedores	16.749.888,45	18.905.782,46
Contas a Pagar (7)	4.917.572,02	5.480.233,64
Salários e ordenados a pagar	19.663,17	1.501.211,12
Obrigações Sociais (8)	13.077.008,89	16.577.220,83
Obrigações Tributárias (9)	3.423.109,80	3.791.640,72
Provisão p/ férias e encargos sociais	7.839.280,01	8.129.210,30
Obrigações por planos comunitários(10)	7.372.398,08	7.352.854,65
Outras contas a pagar	744.864,07	9.973.628,20
NÃO CIRCULANTE	**56.459.613,36**	**56.459.613,36**
Obrigações p/reincorporação de imóveis (11)	10.066.791,95	10.066.791,95
Valores Vinculados	5.277,96	5.277,96
Provisão para contingências (12)	35.514.063,71	35.514.063,71
Obrigações Tributárias e Sociais (8/9)	10.873.479,74	10.873.479,74
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Passivo a descoberto)	**(26.940.173,03)**	**(27.090.602,64)**
Capital Realizado (16)	84.093.257,00	83.593.257,00
Reservas de Capital	1.088.937,00	1.088.937,00
Reservas de Reavaliação	36.774.032,99	37.482.798,59
Resultados acumulados	(148.896.400,02)	(149.255.595,23)
TOTAL DO PASSIVO	**83.663.224,82**	**101.080.792,64**

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL – DOAÇÕES E SUBVENÇÕES P/ INVESTIMENTOS	RESERVAS DE CAPITAL – ADIANTAMENTO P/ FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31/DEZ/16	82.440.932,00	122.079,00	1.567.479,00	37.482.798,59	(132.729.386,47)	(11.116.097,88)
AUMENTO DE CAPITAL	1.152.325,00		(1.152.325,00)			0,00
AUMENTO DE RESERVA DE CAPITAL			551.704,00			551.704,00
RESERVA DE REAVALIAÇÃO						
AJUSTE DE EXERCÍCIO ANTERIORES						
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO					(16.526.208,76)	(16.526.208,76)
SALDOS EM 31/DEZ/17	83.593.257,00	122.079,00	966.858,00	37.482.798,59	(149.255.595,23)	(27.090.602,64)
AUMENTO DE CAPITAL	500.000,00		(500.000,00)			0,00
AUMENTO DE RESERVA DE CAPITAL			500.000,00			500.000,00
RESERVA DE REAVALIAÇÃO				(708.765,60)	708.765,60	0,00
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS						
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO					(349.570,39)	(349.570,39)
SALDOS EM 31/DEZ/18	84.093.257,00	122.079,00	966.858,00	36.774.032,99	(148.896.400,02)	(26.940.173,03)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO

	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	(349.570,39)	(16.526.208,76)
Realização de reserva de reavaliação	708.765,60	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6.645.415,66	
Valor residual do imobilizado baixado	6.872,17	
Depreciação e amortização	310.322,80	324.362,63
(Aumento)/Diminuição dos Ativos Operacionais	(2.140.999,05)	(2.813.960,29)
Contas a receber	(2.514.534,61)	(511.799,97)
Outros direitos realizáveis	490.492,40	1.829.123,50
Impostos a recuperar	(10.168,78)	
Depósitos judiciais e empréstimos compulsórios	(1.655.852,27)	(2.749.624,17)
Adiantamento a funcionários	1.528.732,68	(1.381.536,47)
Estoques	20.331,52	(123,18)
(Diminuição)/Aumento dos Passivos Operacionais	(17.567.997,43)	28.127.972,24
Fornecedores	(2.718.555,63)	6.033.429,36
Salários e encargos sociais	(1.771.478,24)	1.240.954,12
Impostos, taxas e contribuições diversas	(3.868.742,86)	11.228.241,87
Provisão		429.885,71
Valores transitórios/Planos comunitários	19.543,43	(17.746,76)
Outras contas a pagar	(9.228.764,13)	9.213.207,94
Caixa líquido obtido nas atividades operacionais	**(12.387.190,65)**	**9.112.165,82**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Resultado líquido na alienação de Investimentos	7.665.797,02	
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(70.912,58)	(34.314,55)
Caixa líquido obtido (aplicado) nas atividades de investimento	**7.594.884,44**	**(34.314,55)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital e reserva	500.000,00	551.704,00
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**500.000,00**	**551.704,00**
(REDUÇÃO) AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES	**(4.292.306,21)**	**9.629.555,27**
CAIXA E EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	9.873.913,88	244.358,61
CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO EXERCÍCIO	5.581.607,67	9.873.913,88

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCICIO EM 31 DE DEZEMBRO

	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**83.131.447,27**	**77.858.945,64**
Receita de prestação de serviços	83.131.447,27	77.858.945,64
DEDUÇÕES	(7.370.647,09)	(6.581.976,13)
Impostos e contribuições	(7.370.647,09)	(6.581.976,13)
RECEITA LÍQUIDA	**75.760.800,18**	**71.276.969,51**
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	39.162.985,23	(47.362.604,85)
LUCRO BRUTO	**39.460.967,19**	**23.914.364,66**
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	(44.748.787,89)	(41.017.490,31)
Despesas financeiras	(380.857,77)	(9.828.796,88)
Receitas financeiras	1.230.758,05	969.381,66
Despesas gerais e administrativas	(45.598.688,17)	(32.158.075,09)
RESULTADO OPERACIONAL	**(8.150.972,94)**	**(17.103.125,65)**
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	7.801.402,55	576.916,89
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**(349.570,39)**	**(16.526.208,76)**
Prejuízo por lote por mil ações do Capital Social no final do exercício social (em reais)	(4,16)	(197,70)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma sociedade por ações e de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, declarada de utilidade pública e constituída na forma da Lei Municipal nº 6.155, de 26/jun/80, sendo regida por esta e pela Lei Municipal nº 4369, de 25/set/72.

A Companhia tem por finalidade administrar o Fundo de Urbanização de Curitiba, podendo à conta desses recursos, promover a realização de investimentos em projetos e programas de desenvolvimento Urbano do Município de Curitiba e respectiva Região Metropolitana, bem como a comercialização de equipamentos urbanos.

Consoante legislação específica, a Companhia também exerce os poderes delegados pelo Executivo Municipal para gerenciar, administrar, planejar, disciplinar, fiscalizar e delegar a operação de serviços públicos e de utilidade pública municipais. De acordo com as diretrizes emanadas do acionista controlador, a Companhia direciona-se prioritariamente para as seguintes atividades:

- Aperfeiçoar o planejamento, o gerenciamento, a operação e a fiscalização dos serviços de transporte coletivo, à curto, médio e longo prazo; e
- Aprimorar a administração e comercialização do uso dos equipamentos urbanos e espaços públicos e tornar os sistemas de deslocamento mais seguros, eficientes e acessíveis.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em observância aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e em conformidade com as diretrizes da Lei n.º 6.404/76, atualizados pela Lei nº 11.638/2007, Lei das Sociedades por Ações, e estão sendo apresentadas com as demonstraçõesfinanceiras do exercício anterior.

A Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC, instituída pela Lei nº 11.638/2007, foi elaborada de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 03(R2)/2010.

Os efeitos inflacionários são reconhecidos através da atualização monetária dos ativos e passivos, sujeitos à indexação ou variação cambial e estão refletidos no resultado do exercício.

NOTA 3. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltamos:

A) Aplicações de Liquidez Imediata

Estão demonstradas pelo custo de aplicação, acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

B) Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31/dez/95, e reavaliação espontânea, ajustado por depreciação e amortização acumuladas, calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixadas por espécie de bens, conforme Nota 6.

C) Provisão para Férias

Foi constituída para cobertura das obrigações relativas a férias vencidas e/ou proporcionais, com os respectivos encargos, apropriados até a data do balanço.

D) Apuração do Resultado, Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios. O ativo circulante e à longo prazo, quando aplicável, são deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. O passivo circulante e à longo prazo, quando aplicável, incluem os encargos incorridos.

NOTA 4. CONTAS A RECEBER

	2018	2017
Valores à receber por conta de Planos Comunitários	7.006.690,69	7.021.137,58
Contas à receber de Permissionários	19.804.308,32	18.215.379,27
Total contas a receber	26.810.999,01	25.236.516,85
Provisão para Créditos de Liq. Duvidosa - Permissionários	(15.305.667,09)	(13.950.303,88)
Provisão para Créditos de Liq. Duvidosa – Planos Comunit.	(4.350.000,00)	0,00
Total	**7.155.331,92**	**11.286.212,97**

Durante o exercício de 2017, a Companhia passou a efetuar registro da Provisão para Créditos de Liquidaçao Duvidosa, referente aos saldos relativos ao contas a receber relacionado aos Planos Comunitários a receber dos moradores/usuários decorrentes de melhorias nas vias públicas, cujos saldos estão pendentes à longa data.

Em 31 de dezembro de 2018, a Composição das contas a receber por idade de vencimento, está composta da seguinte maneira:

Permissionários

Descrição	Valor
A vencer	1.594.417,79
Vencido até 30 dias	566.196,64
Vencido de 31 a 60 dias	232.187,24
Vencido de 61 a 90 dias	228.337,97
Vencido de 91 a 120 dias	212.065,20
Vencido de 121 a 150 dias	208.193,24
Vencido de 151 a 180 dias	207.814,85
Vencido acima de 180 dias	16.555.095,39
Total	**19.804.308,32**

Planos Comunitários

A totalidade do saldo de R$ 7.006.690,69 (R$ 7.021.137,58 em 2017) se referem a valores a receber que se encontram vencidos à longa data e, dessa forma, a Companhia a partir do exercício de 2.018 passou a constituir provisão para perdas em decorrência da ausência de expectativa de realização desses créditos. A composição do contas a receber por idade de vencimento, relacionados aos planos comunitários, está composta da seguinte maneira:

Descrição	Valor
Vencidos em 1990 a 1995	24.932,54
Vencidos em 1996 a 2000	2.472.901,45
Vencidos em 2001 a 2005	4.098.543,27
Vencidos em 2006 a 2010	361.846,83
Vencidos em 2011 a 2013	48.466,60
Total	**7.006.690,69**

Provisao para créditos de liquidação duvidosa

Considenrando as características dos valores a receber relacionados aos permissionários e planos comunitários, para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, foram adotados os critérios de dedutibilidade previstos na Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro De 1996, que dispõe sobre a legislação tributária federal (IRPJ e CSLL) e as contribuições para a seguridade social

NOTA 5. INVESTIMENTOS

Rubrica registra, substancialmente, os valores relativos aos terrenos e imóveis que são de propriedade da URBS, os quais estão contabilizados a valor de custo, conforme permitido pelo item 56 do pronunciamento técnico CPC 28 - Propriedade para Investimento. Além disso, a Companhia não está divulgando e tampouco preparou qualquer tipo de análise ou laudo de avaliação a valor justo destas propriedades conforme requerido pelo item 79 do CPC 28 – Propriedade para Investimento.A Adminsitração da Companhia acredita que até a conclusão das demonstrações contáveis para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2019, a referida analise será concluída.

	2018	2017
Participações em Outras Empresas	4.393,05	4.393,05
Participações em Fundos de Investimento	600,99	600,99
Imóveis não destinados à venda	19.395.252,49	27.769.815,11
Outros Investimentos	42.200,00	42.200,00
Total	**19.442.446,53**	**27.817.009,15**

Conforme nota explicativa nº 19, for força da Lei Municipal nº. 15.143 de 18 de dezembro de 2017, foram vendidos à Prefeitura Municipal de Curitiba 22 imóveis de propriedade da Companhia pelo valor de R$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais) que se encontravam contabilidade no momento da venda a valor de custo pelo montante de R$ 8.374.562,62 (oito milhões, trezentos e setenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e dois reais e sessenta e dois centavos). Dessa forma a referida operação gerou resultado positivo no montante de R$ 7.625.437,38 (sete milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e trinta e sete reais e trinta e oito centavos).

NOTA 6. IMOBILIZADO

Os Ativos Imobilizados da Organização estão compostos conforme tabela abaixo, a qual demonstra, nas últimas colunas, os valores das imobilizações líquidas, por classe de Bens, existentes na data do encerramento do Balanço Patrimonial, no exercício social de 2018 e o imediatamente anterior:

Conta	Depreciação % anual	Custo	Depreciação Acumuada	Total Líquido 2018	Total Líquido 2017
Direito de uso linhas telefônicas	0%	19.155,70	0,00	19.155,70	19.155,70
Edificações	4%	7.955.533,78	4.445.476,56	3.510.057,22	3.708.282,58
Instalações	10%	97.895,62	97.895,62	0,00	0,00
Máquinas e equipamentos	10%	1.588.261,42	1.415.453,62	172.807,80	231.140,37
Móveis e Utensílios	10%	1.442.278,90	1.279.745,18	162.533,72	151.413,71
Equipamentos de computação	20%	1.904.733,93	1.888.262,42	16.471,51	16.174,13
Ferramentas	10%	122.493,93	119.731,82	2.762,11	0,00
Terrenos	0%	3.709.883,12	0,00	3.709.883,12	3.709.883,12
Terrenos (reavaliação)	0%	25.698.880,03	0,00	25.698.880,03	25.698.880,03
Veículos	20%	249.541,00	249.541,00	0,00	0,00
Intangível	20%	117.472,10	117.308,25	163,85	443,14
Outras Imobilizações	10 e 20%	21.644,00	0,00	21.644,00	25.268,67
Totais	-	**42.927.773,53**	**-9.613.414,47**	**33.314.359,06**	**33.560.641,45**

A Companhia não preparou a análise periódica quanto à vida útil e a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado (análise de "impairment"), conforme requerido pelo pronunciamento contábil CPC 27 – "Ativo Imobilizado". Não obstante, considerando que parte substancial do ativo imobilizado da Companhia é composto de Edificações e Terrenos (98,81%) no total de R$ 32.918.820,37, a Administração entende que a referida análise não implicará em ajustes decorrentes de possível perdas relacionadas à recuperabilidade (impairment),

NOTA 7. CONTAS A PAGAR

Correspondem aos compromissos firmados com credores diversos que em 31 de dezembro de 2018, estão compostos da seguinte maneira:

	2018	2017
Acordo judicial	2.303.661,05	2.191.381,78
Fundação Alpha	724.188,48	569.855,97
Medipar/Unimed	1.067.701,42	1.889.087,66
Shopping Popular/Rua 24 Horas	568.536,58	568.536,58
SSP – Rodoferroviária	252.393,14	252.393,14
Diversos	1.091,35	8.978,51
Total	**4.917.572,02**	**5.480.233,64**

NOTA 8. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Registra as obrigações com impostos e contribuições incidentes sobre a folha de pagamentos da Companhia, tais como: INSS e FGTS. Em 2017, visando o saneamento de suas dívidas,a URBS promoveu a adesão ao PERT – Programa Especial de Recuperação Tributária. Assim, no exercício a empresa efetuou o pagamento relativo à entrada no PERT, sendo o total relativo ao INSS (cujo período admitido no Programa é dos débitos vencidos até 30/04/2017). Dos valoresincluídos no PERT, Parcelamento Ordinário e Dívida Ativa, foram pagos em 2018 R$ 4.074.714,49 (parcelas 1 a 12/145) e R$ 9.009.488,88contabilizadoscomo Longo Prazo após a consolidação do Programa pela Receita Federal.

CURTO PRAZO	2018	2017
INSS	12.722.426,03	16.268.095,29
FGTS	354.582,86	309.125,54
Total	**13.077.008,89**	**16.577.220,83**
LONGO PRAZO		
INSS	9.009.488,88	9.009.488,88
Total	**9.009.488,88**	**9.009.488,88**

NOTA 9. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Registra as obrigações com impostos e contribuições tais como: IRRF, ISS, PASEP, etc.Em 2017, visando o saneamento de suas dívidas, a URBS promoveu a adesão ao PERT – Programa Especial de Recuperação Tributáriana ordem de R$ 7.186.470,04 relativos ao período admitido no PERT, que é dos débitos vencidos até 30/04/2017. Assim, no exercício a empresa efetuou o pagamento relativo à entrada no Programa, bem como a quitação das parcelas vencíveis no decorrer do exercício social.

Em 07/12/2018, a Receita Federal do Brasil –RFB publicou a Instrução Normativa nº 1855, dispondo sobre a prestação de informações para fins de consolicação de débitos no PERT, cuja consolidação resultou em liquidadação de parte das dívidas com utilização de Prejuízos Fiscais acumulados, na ordem R$ 5.600.000,00 (cinco milhões e seiscentos mil reais).

CURTO PRAZO	2018	2017
IRRF	256.076,96	184.327,58
IPTU	402.098,28	402.098,28
IRPJ	1.554.305,48	1.554.305,48
CSLL	580.686,45	580.686,45
CSLL/COFINS/PIS-PASEP	134.816,36	161.426,49
PASEP	24.922,35	26.369,95
COFINS	457.115,33	882.426,49
ISS	13.088,59	0,00
Total	**3.423.109,80**	**3.791.640,72**
LONGO PRAZO		
PASEP	255.730,76	255.730,76
COFINS	1.608.260,10	1.608.260,10
Total	**1.863.990,86**	**1.863.990,86**

NOTA 10. OBRIGAÇÕES COM PLANOS COMUNITÁRIOS

As obrigações por planos comunitários têm como origem convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Curitiba, onde a Companhia gerencia as operações de cobrança dos valores a receber dos moradores/usuários decorrentes de melhorias nas vias públicas.

NOTA 11. OBRIGAÇÕES POR REINCORPORAÇÃO DE IMÓVEIS

Em 13/maio/82 foi firmado convênio entre o Governo do Estado do Paraná e a Companhia, com interveniência da Prefeitura Municipal de Curitiba, visando transferir ao Estado os imóveis que compunham o Terminal de Cargas na CIC (Cidade Industrial de Curitiba), em contrapartida à quitação de dívidas da Companhia.

Em razão das áreas objeto do convênio terem sido invadidas, assentando-se no local inúmeras famílias, foi procedida a reincorporação das áreas através da 48ª AGE, realizada em 21/dez/01, registrando em seu passivo os valores devidos ao Governo do Estado em razão do convênio supramencionado.

NOTA 12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui ações cíveis e ações trabalhistas, com base na opinião de seus assessores jurídicos, mantém provisão no montante de R$ 35.467.418,71 (idem em 2017), classificada no exigível à longo prazo conforme a expectativa de desfecho da lide.

	2018	2017
Trabalhista	31.291.166,24	31.916.000,00
Cível	4.222.897,47	3.551.418,71
TOTAL	**35.514.063,71**	**35.467.418,71**

Não foram realizadas atualizações nos saldos relativos às contingências cíveis e trabalhistas, tendo em vista que volume de ações serem significativos e das mais variadas naturezas e portanto, tornou-se inexeqüível até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o levantamento de 100% das ações em que a Companhia é parte, sendo que deverá ser implementado um processo de catalogação, identificação e análise de probabilidade e risco jurídico de cada uma das ações impetradas contra a Compahia, sejam estes processos de natureza tributária, trabalhista, cível ou contencioso administrativo. A atual Administração acredita, apoiada na opinião do seu Departamento Jurídico e de demais assessores, que ainda nas demonstrações contábeis do exercício a findas em 31 de dezembro de 2019, estará concluída tanto a catalogação de todos os processos, bem como, a avaliação individual dos processos de acordo com o pronunciamento contábil CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que trata das contingências ativas e passivas, com o fim de possibilitar o reconhecimento contábil em sua totalidade, cuja análise jurídica, considere perda provável da ação, podendo, inclusive, que o total já provisionado no montante de R$ 35.514.063,71 seja